

# AÇÃO Socialista

PROLETARIOS DE TODO O MUNDO, UNI-VOS

PREÇO

3

CRUZEIROS  
SÃO PAULO  
FEVEREIRO  
1959

ANO II

ORGÃO DA LIGA SOCIALISTA INDEPENDENTE

N 2

## Carestia e Escala Móvel de Salários

O homem que vive de seu salário tem hoje, mais do que nunca a certeza que o salário-mínimo é uma grosseira burla. E tem razões de sobra para isso.

Foram emitidos, somente no ano findo de 1958, 24 bilhões de cruzeiros, que correspondem a um

quinto do dinheiro que hoje circula em todo o país. Os níveis do custo de vida, que o SEPT calculou em Agosto de 1958, já foram praticamente superados em 20%, e isto quando os novos salários-mínimos não foram ainda sequer pagos a todos os trabalhadores.

Para o ano que entra, o aumento de custo de vida ameaça atingir proporções jamais vistas. Os próprios governos desfazem a farsa do congelamento de preços, dando eles mesmos o exemplo aumentista; uma subida geral de impostos e taxas municipais, estaduais e federais golpeou, na entrada do ano, o povo trabalhador.

Foi com essas perspectivas que se fixaram os novos níveis de salário-mínimo. E não faltaram então nem os mais revoltantes exemplos de demagogia barata, arrivismo e cretinice para dar ao conjunto o cheiro repugnante da traição aos interesses dos que

trabalham; os «esforços» do sr. J.K. em defesa dos «interesses» dos trabalhadores, a «briga» de conhecidos pelegos por uma ninharia de ... Cr\$, 100,00 de aumento, foram alguns dos capítulos da comédia divulgada diariamente pela imprensa. Até pretensas rivalidades que dizem existir entre os proletários de São Paulo e do Rio foram levantadas pela pelejada bebedia e desvinculada da classe a que deviam servir.

Muitos meses antes da entrada em vigência do novo salário-mínimo, industriais e comerciantes apressados já haviam descontado com sobras a redução nos polpudos lu-

ros que iriam ter com o aumento salarial.

Enquanto isso, o nível de luta dos trabalhadores é dos mais baixos; e, no caso do aumento de salários, a traição da maioria da cúpula sindical foi aberta. Torpedear os movimentos reivindicatórios populares é a palavra de ordem no meio da pelejada que mama satisfeita nas tetas do imposto sindical. Nada de atrito com os patrões e os aventureiros ligados à oposição ou à situação; o momento, para eles, é o de unir todas as classes na luta «nacionalista».

O nacionalismo converte-se, assim, na cômoda ideologia dos pelégos, unidos à peque-

na-burguesia patrioteira e aos grandes «cartolas» da chamada «indústria nacional», sócios dos trustes, na exploração das massas trabalhadoras.

Cabe a todo aquele que vive de seus salários lutar, porém não mais pelo desmoralizado salário-mínimo. De fato, tornou-se evidente que esse instituto legal nada mais significa diante da inflação espantosa, que acarreta contínuo e crescente aumento do custo de vida; cumpre lutar agora por uma forma mais dinâmica e vigorosa de exigência salarial; e essa forma é a escala móvel de salários, apoiada em um salário mínimo vital.

A escala móvel de salários já foi objeto de calorosas discussões. Lançada pela Liga Socialista Independente, foi violentamente combatida por muitos «líderes sindicais» e pelos mais credenciados órgãos dos industriais e comerciantes. O próprio Ministério do Trabalho apressou-se a remeter à Câmara Federal um infesto projeto de lei, que nada tinha a ver com a escala móvel, e visava confundir os meios operários e encampar o movimento pela escala. Porém, nem mesmo esse projeto os patrões ousaram aceitar, declarando-o «subversivo» e «prejudicial à economia do país» (isto é, aos seus bolsos).

Isto prova simplesmente que a Escala Móvel convém aos interesses econômicos imediatos do trabalhador.

QUE É A ESCALA MÓVEL DE SALÁRIOS?

A escala móvel de salários nada mais é que o salário que se reajusta automaticamente à medida que aumentam os preços dos gêneros. Sua realização na prática deve ser feita por meio de órgãos controladores de preços que funcionem sob orientação dos sindicatos, centros acadêmicos, associações e outros organismos populares.

Verificado por esse órgão, por exemplo, durante o prazo de um mês, aumento de 10% no custo dos gêneros, imediatamente os salários deverão ser elevados de 10%. No mês seguinte, nova verificação é feita, e como consequência se impõe novo aumento salarial, e assim por diante. Deste modo, diminuir-se-á o prazo de 3 anos durante o qual o salário permanece parado enquanto os preços aumentam, e com ele o estado de depauperamento que é uma constante desesperadora na vida do trabalhador.

Para que tais fins sejam atingidos é indispensável que os trabalhadores se organizem em massa nos sindicatos, nos bairros, nas empresas, enfim, em todo local de sua atividade. A melhoria das condições de vida certamente não cairá do céu, mas deverá ser produto da luta diária daqueles que, vivendo de seus salários, aspiram a um pouco mais de pão à mesa. E o objeto da luta, repetimos, não é mais o desmoralizado salário mínimo, mas a escala móvel de salários.

## Pelo Contrôlo Operário da Petrobrás

As revelações surgidas na Comissão de Inquérito que apura as denúncias contra o cel. Janari Nunes, ex-presidente da Petrobrás, valem, sobretudo, para confirmar a natureza da burguesia brasileira e o caráter de seu governo.

Depois de entregar a indústria petroquímica ao «Melon Trust» que, através do mesmo Janari, já se havia apossado do manganês do Amapá, agora, por via de testas-de-ferro brasileiros, entre os quais o «burguês-progressista» Lunardi, presidente da Confederação Nacional da Indústria, Kubitschek e seus comparsas do B.N.D.E. pretendem dar o petróleo da concessão brasileira na Bolívia ao imperialismo norte-americano. A sua história do financiamento «aleatório», estarecedora apenas para os ingêntos e - por que não? - sinceros nacionalistas pequeno-burgueses, na verdade é a forma normal de convivência dos tubarões nacionais com seus sócios comunitários do imperialismo. O deslavado cinismo de Roberto Campos declarando que a situação cambial não permite a concessão de 15 milhões de dólares, em três parcelas, a brasileiros, para a exploração de petróleo boliviano é pósto a nu, quando todo mundo sabe que só a indústria automobilística, dominada por investidores estrangeiros, consome, anualmente, mais de 180 milhões de dólares. E o petróleo que o Brasil importa absorve 300 milhões de dólares por ano. O que de fato há é o seguinte: como governos anteriores, Juscelino está agarrado às tetas de Washington, que, diretamente ou por intermédio de banqueiros norte-americanos, fornece os dólares para sustentar a burguesia brasileira que nasceu já VELHA E IMPOTENTE, incapaz de desenvolver o Brasil EM REGIME CAPITALISTA. Faz pouco mais de um mês, o ministro da Fazenda foi pedir dinheiro nos Estados Unidos. Em troca de nada? Esta é a questão.

Além das amortizações, dos juros etc. etc. aparece, agora, parte da compensação: o petróleo boliviano atribuído ao Brasil, numa área mais rica da região subandina, conforme levantamento feito pela Standard Oil. O restante do petróleo boliviano já se encontra, praticamente, nas mãos dos trustes norte-americanos, cedido pelos governos «nacionalistas» de Paz Estensoro e Siles Suarez que, como o farsante Frondizi, da Argentina, antes de se pilharem no poder eram anti-imperialistas, para abanhar os votos das massas esmagadas pela miséria, fruto, em larga parcela, da exploração dos trustes estrangeiros.

O imperialismo, de modo particular o norte-americano, não pode renunciar ao petróleo da América Latina, por várias razões, principalmente estratégicas, face ao que está sucedendo no Oriente-Médio. E a burguesia da América do Sul, PARA SOBREVIVER COMO CLASSE DOMINANTE, sem abandonar o monopólio da terra, promove «suas» industrialização, associada ao imperialismo, a este entregando, ainda por cima, como «bonificação», o indispensável petróleo. Foi o que sucedeu, há pouco, também na Argentina, no Paraguai e na Bolívia dos bolivianos. Tudo indica que o mesmo destino será dado à parte da Bolívia, cedida por 44 anos à burguesia brasileira.

Espante-se quem quiser com essa «sujeira entreguista» de Juscelino Kubitschek, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e dos «burgueses-progressistas» Lídio Lunardi, Kessler, Rocha Miranda e consortes. Mas prepare-se para o pior: a tentativa de entrega ou liquidação da Petrobrás, na realidade já «amarrada» pelos trustes imperialistas. O petróleo jorra apenas no Reconavo baiano e é vendido ao estrangeiro, porque as refinarias nacionais NÃO FORAM APARELHADAS PARA BENEFICIÁ-LO. E o próprio Janari confessou que SOMENTE 25% dos investimentos no monopólio estatal em 1958-59, foram destinados à pesquisa e exploração. Contudo, mais de 100 milhões de cruzeiros distribuiu como verba de «propaganda» o coronel ex-presidente, que CONCORDOU COM O GOVERNO BOLIVIANO EM AFASTAR A PETROBRÁS DA ÁREA PETROLÍFERA CONCEDIDA AO BRASIL para cedê-la a testas-de-ferro nacionais da Pan American Land Oil e outros tentáculos imperialistas.

A burguesia brasileira e seu governo vêm usando a Petrobrás como biombo. Enquanto cortejam os sentimentos nacionalistas da pequena-burguesia, encobrem suas abjectas e infames negociatas com o imperialismo, abrindo-lhe, de par em par, as portas do Brasil para juntos se banquetarem à custa de todos quantos vivem do trabalho.

Aos socialistas marxistas tudo o que está ocorrendo com a questão do petróleo não pode surpreender nem espantar. Para eles, a burguesia brasileira não apresenta capacidade para se opor à penetração, mais e mais profunda, do imperialismo. A burguesia «nacional», POR TER CHEGADO TARDE, vive à sombra do imperialismo, na condição de sócio de segunda categoria, ajudando-o a explorar o povo brasileiro. Não será com o berreiro lírico do nacionalismo pequeno-burguês e com as vociferações estalinistas contra os

(Continua na pág. 3)

## Vitória da Democracia Burguesa em Cuba



Os «barbudos y melenudos» de Fidel Castro atingem, vitoriosos, Havana. (Texto na 3ª página)

## O Socialismo e a Luta Antiimperialista

A exploração dos trustes e monopólios imperialistas, sobretudo norte-americanos, associados às burguesias nacionais, se faz sentir não só no Brasil, mas em toda a América Latina.

Para melhor levar a cabo sua exploração econômica, o imperialismo exerce uma atuação política em defesa dos seus interesses, apoiando os ditadores reacionários (Perez Jimenez, Batista etc.), seus fiéis serviais, e intervindo direta e brutalmente, sempre que um governo radical ousa tocar em seus privilégios (Guatemala, 1955).

E esta atual repulsa dos povos da América Latina à opressão imperialista é patente e se fez sentir explosivamente durante a recente visita a este continente dos caixeiros-viajantes dos trustes norte-americanos, Richard Nixon e Foster Dulles.

No Brasil, o imperialismo sempre contou com a convivência dos governos burgueses, a exemplo de Getúlio Vargas, que encarcerava todos aqueles que, como Monteiro Lo-

bato, ousavam atacar as manobras da «Standard Oil» para impedir que se extraísse petróleo no Brasil, até Juscelino Kubitschek, que entrega Fernando de Nononha para os planos guerreiros do imperialismo americano.

Ao contrário de outros países da América Latina, em que já se deram verdadeiras insurreições populares contra o imperialismo (Sandino, no Nicarágua, Zapata, no México), no Brasil somente

nos últimos anos o movimento antiimperialista tem adquirido base popular, sobretudo entre os estudantes e a pequena-burguesia radical e, mesmo certos setores operários.

### GOVERNO BURGUES NACIONAL OU GOVERNO OPERARIO E CAMPONES?

Em que termos se coloca a participação dos socialistas nesse movimento antiimperialista?

(Conclui na pág. 2)

PANORAMA INTERNACIONAL

VITÓRIA DE NENNI NO CONGRESSO DO P. S. I.

Até a realização, em 1955, do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o movimento socialista na Itália caracterizava-se pela divisão interna e pelo fracionamento. Nada menos que três organizações se reclamavam ali do socialismo: o Partido Social-Democrata Italiano (P.S.D.I.), fruição de direita cindida em 1947 do Part. Socialista e que promovia, através de sua direcção (Giuseppe Saragat) uma política reformista de colaboração com os governos burgueses; o Partido Socialista Italiano (P.S.I.), poderosa organização com três vezes mais votos que o P.S.D.I., amarrada de pés e mãos ao Partido Comunista, por intermédio do célebre «Pacto de Unidade de Acção»; e finalmente a União Socialista Independente (U.S.I.), a única organização lutando pela autonomia socialista, contra a colaboração com os governos burgueses e contra a submissão ao estalinismo.

O choque produzido pelo XX Congresso e, mais consequentemente a eclosão da Revolução Proletária Húngara, seguida de várias crises nos partidos comunistas da Europa, foram finalmente a Nenni a oportunidade de iniciar um processo de «autonomização» de seu partido, cortando os laços, ou antes, as algemas, que o submetiam ao Partido Comunista. Assim, em 1957, no Congresso de Veneza, é aprovada a política de «autonomia socialista» sem que, contudo, se assinale uma vitória definitiva para a corrente liderada por Nenni que se vê, nas eleições então realizadas para escolha do Comité-Central do partido, colocado em minoria nesse órgão.

Como consequência, a União Socialista Independente e outras organizações menores decidem unir-se ao Partido Socialista Italiano que obtem, nesse ano (1957) uma estrondosa vitória eleitoral indicativa da adesão da massa socialista à nova política.

As tentativas de unificação com o P.S.D.I. muito comentadas pela imprensa, não conduziram a nenhum resultado concreto devido à intransigência de Saragat, que impunha como condição o apoio ao governo burgues italiano, à N.A.T.O. e ao «mundo ocidental». Contudo, à ala esquerda do P.S.D.I. liderada por Mateo Matteoti (filho de grande socialista assassinado por Mussolini) inclina-se cada vez mais pela unificação.

O recente Congresso de Nápoles

Foi nesse clima que se realizou em Nápoles, em janeiro deste ano, mais um Congresso do Partido Socialista Italiano. Nêle, como no Congresso anterior, esboçaram-se três correntes: a de «autonomia socialista», liderada por Nenni; a «filio-comunista», tendo à frente Tullio Vecchietti, e a corrente «centrista» (conciliatória) de Lelio Basso.

Naturalmente, travaram-se acérrimos debates entre essas correntes, prontamente explorados pela imprensa burguesa afoita em acenar uma ameaça de cisão. Prevaleceu no Congresso o ponto de vista da corrente de Nenni, que colocava o problema das relações com os comunistas em termos contrários tanto ao anti-comunismo direitista de Saragat, como ao «filio-comunismo» subserviente de Vecchietti. Segundo Nenni, «no quadro da autonomia, as relações entre os comunistas e os socialistas en-

contram suas soluções naturais fora de qualquer pacto de unidade, de acção ou de consulta, assim como fora de qualquer antagonismo preconcebido, sem prejuízo para a união dos trabalhadores nas lutas empreendidas pela Confederação Geral Italiana do Trabalho (C.G.I.L.) e num esforço para construir a unidade sindical» (\*).

Evidentemente, a plataforma de Nenni, aprovada no Congresso, reafirma também a luta contra o presente governo burgues e conservador dirigido pelo Partido Democrata-Cristão, pondo dêsse modo um fim às ilusões daqueles que pretendiam captar o socialismo italiano nas rédes de um governo burgues centrista.

Ao contrário do que sucedeu em Veneza, a vitória de Nenni foi completa em Nápoles, acompanhada que foi por enorme sucesso nas eleições para o Comité Central do partido. A moção de autonomia foi aprovada com 273.271 votos, contra 153.000 obtidos pela corrente de Vecchietti e 40.933 pela de Basso. Com esse resultado, os partidários de Nenni ocuparam 48 cadeiras na Comissão Central, enquanto os de Vecchietti e os de Basso terão respectivamente 27 e 7 lugares.

PERSPECTIVAS

A vitória completa da autonomia do P.S.I. vem aprofundar as contradições internas do P.S.D.I., cuja direcção, através de Saragat, qualifica a posição de Nenni de «ambigua», dado que êle insiste em se manter afastado dos partidos «democráticos» do governo... Não é essa porém a posição da ala esquerda do P.S.D.I., cada vez mais forte, que dá a entender que o Congresso de Nápoles abriu caminho para a unificação de todos os socialistas em um só partido.

Ao que tudo indica, o proletariado italiano social-democrata, comunista ou católico-desiludido pelas suas direcções — tenderá cada vez mais a procurar no socialismo marxista, melhor representado pelo Partido Socialista Italiano, a solução de seus problemas seculares.

(\*). Além da C.G.I.L., em que participam juntos socialistas e comunistas, existem na Itália mais duas centrais sindicais: a U.I.L. de tendência social-democrata, e a C.I.S.L., democrata — cristã. (Nota da redacção).

GREVE GERAL NA ARGENTINA

O governo do pseudo anti-imperialista Frondizi revela como não podia deixar de ser, aos olhos do proletariado argentino, o seu carácter burgues, e anti-popular.

Após as escandalosas concessões ao imperialismo lanque no setor petrolífero, o «nacionalista» Frondizi parte para os Estados Unidos (onde foi segundo o United Press, calorosamente recebido) cobrar, em dólares, o pagamento de sua política de associação e submissão ao imperialismo.

A classe operária, sob o péso opressivo de uma «política de austeridade» elaborada às suas expensas, é brutalmente reprimida em suas manifestações de revolta contra a carestia de vida por medidas de disciplina militar (mobilização dos ferroviários).

Finalmente, em meados de Janeiro, por ocasião da violenta expulsão, por parte da polícia, dos operários do frigorífico estatal, que se recusavam a entregar o estabelecimento à exploração capitalista privada, a indignação atinge o auge. Dirigida pelos seus sindicatos, peronistas, democráticos ou comunistas, a classe operária lança-se à greve geral, para mais uma vez sofrer a repressão do governo, sob a forma de intervenção militar. A imprensa reacionária agita o espectro do peronismo a ameaçar a «democracia» argentina. Na verdade, o governo de «burguesia nacional» de Frondizi, pelas suas concessões ao imperialismo e pela sua política de repressão ao movimento operário, é que é o verdadeiro responsável pela persistência das ilusões peronistas no proletariado argentino.

X Congresso da UPES

Instalou-se nesta Capital, a 17-12-58, o décimo Congresso da União Paulista de Estudantes Secundários. Evidenciou-se, desde a abertura dos trabalhos, o mais completo desinteresse dos chamados «líderes» estudantis pelos problemas da classe, travando-se nos bastidores e no plenário do Congresso lutas, visando única e exclusivamente a sucessão da direcção do actual colegiado da entidade. As poucas teses apresentadas eram lidas a um auditório geralmente vazio e alheio aos trabalhos, enquanto a grande maioria dos congressistas permanecia nas ante-salas, realizando seus conchavos eleiçoeiros. Problemas de real importância, como o do restabelecimento estudantil, foram ventilados superficialmente, nada se deliberando de concreto sobre a matéria em pauta. Caracterizando bem o desinteresse que cerca o actual órgão representativo da classe estudantil, é justo ressaltarmos que, dos quinhentos inscritos no conclave, em nenhuma das sessões houve número superior a noventa congressistas. Travaram-se constantemente choques entre os diversos grupos presentes ao Congresso; porém, êsses não visavam a defesa dos interesses da classe estudantil, nem tomada de posição diante dos problemas que a afligem, mas sim interesses próprios de vencer as eleições. Uma luta aberta manifestou-se, desde o início do Congresso, entre os elementos do Grémio 9 de Julho, entidade estudantil paralela à UPES, e os membros do Partido Independente, que dirigiram os destinos da entidade em 1958. Os membros do colegiado eram acusados de nada terem feito pela organização, esquecendo-se dos problemas da classe: «tomando a cuba-livre no Arpege não resolverão os nossos problemas, bradavam elementos do 9 de Julho, apoiados pelo Partido Unidade e Trabalho de orientação comunista, e por quase todas as delegações do Interior. Insistiam êles em uma renovação completa, segundo o slogan «moralizemos a UPES». O Partido Vanguarda Estudantil, formado pela Juventude Católica, permanecia ao lado dos membros do Partido Independente, que representavam a «situação» da UPES. Percebendo êstes, nos primeiros dias, que a relação de forças lhes era desfavorável,

e que sua derrota nas eleições seria inevitável se estas se realizassem na data prevista, iniciaram obstrução dos trabalhos do Congresso, forçando a sua prorrogação. Deste modo, a maioria das delegações do Interior foi obrigada a regressar para suas cidades devido as festas de fim de ano. Os membros da situação, com a conivência da Mesa, lançavam mão de todos os recursos para a obstrução dos trabalhos: questões de ordem sucessivas, discussões paralelas, furto do livro de credenciais, formação de comissões de inquéritos para, de modo anti-democrático, impedir a participação do Interior nas eleições da UPES, e também para que pudessem «arrebatar» suas forças. Os protestos contra tal manobra se generalizavam, mas em vão. Os elementos que usavam tal meio não percebiam, e não percebem ainda, o papel que a UPES desempenha como entidade representativa dos secundaristas; não vêm que ela não representa este ou aquele grupo isolado, e que não será este ou aquele grupo particular que solucionará os problemas da classe, mas sim o concurso de todos os grupos reunidos em torno de um programa concreto.

Após tantas demarches e tanta politichal, pouca era a vontade dos congressistas de chegar até o fim do conclave. Tanto que, afim de reunir-se número para a sessão que marcaria a data das eleições, foi necessário procurar os congressistas em suas próprias casas. As eleições viriam a ser o epílogo dessa tragicomédia. O resultado das urnas não refletiu o trabalho consciente de um plenário, mas a cabalagem aberta de elementos que, em sua maioria, compareceram apenas no dia das eleições.

Foi eleito presidente o estudante Daniel Marum Filho, pertencente ao Partido Independente e lançado pela Vanguarda Estudantil; foram escolhidos para o Colegiado 5 elementos da Vanguarda Estudantil, 2 do Partido Independente, 2 do 9 de Julho, enquanto o Partido Unidade e Trabalho não conseguiu eleger sequer um membro. Entretanto, a actual direcção da UPES poderá realizar uma boa gestão, desde que amparada pela colaboração vigilante de todos os estudantes de São Paulo.

O SOCIALISMO E A LUTA ANTIMPERIALISTA

(Conclusão da pág. 1)

«Os socialistas marxistas são a parte do proletariado mais consciente do fim comum; aquela que representa, em cada «estágio particular da revolução, o seu resultado final, e, em cada questão local ou nacional, «os interesses da revolução mundial dos proletários». (\*)

Neste sentido, os marxistas do Brasil, devem «participando ativa e intensamente na luta contra o imperialismo:

- 1) representar, em cada estágio desta luta, o seu resultado final, isto é, a expropriação dos trustes imperialistas e seus aliados nacionais;
- 2) devem representar, na luta das massas proletárias do Brasil contra o imperialismo, os interesses da luta do proletariado internacional.

A função principal dos socialistas deve ser, pois, a de «radicalizar» a luta contra o imperialismo, ligando-a à luta contra o «capitalismo» em geral, mostrando que nos quadros do regime capitalista não há solução defini-

tiva possível para o problema do imperialismo. E' preciso tornar a classe operária e os trabalhadores em geral conscientes de que as tarefas democráticas (expulsão do imperialismo, solução da questão agrária) serão resolvidas «em conjunto» com as tarefas socialistas, através de uma aliança revolucionária entre o «operariado urbano» e os «trabalhadores do campo», e não através de uma aliança «nacionalista» entre o proletariado e a burguesia.

Esta é a primeira grande tarefa dos socialistas no movimento antiimperialista: mostrar às massas que a única solução para o problema do imperialismo é, não o governo da burguesia nacional, mas sim o governo socialista operário e camponês.

NACIONALISMO OU INTERNACIONALISMO

A segunda grande tarefa dos marxistas é evidenciar o carácter interna-

VIDA SINDICAL

PELA ENTREGA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL AOS TRABALHADORES

No Pacto de Unidade, nas reuniões sindicais e em todas as manifestações populares levanta-se o problema da previdência social caracterizando-a como insuficiente e ausente de suas finalidades.

Tomemos o problema essencial: o desvio de verbas. Mensalmente, dos minguados vencimentos proletários, é descontada uma quota de 8%; a quota de 8% que é «paga» pelo empregador sai igualmente do salário do trabalhador, pois é calculada em função dêsse e tomada na conta dos gastos do pessoal de qualquer firma. Em resumo, um total de desconto que atinge 16% só existe e é extraído em função da mais-valia do produtor direto, isto é, do assalariado. Quanto à quota de 8% com que deveria participar o governo federal, bem sabemos que ela jamais foi paga; além do que o empreguismo, as negociatas e os desvios de verbas, por parte do governo, contribuem para dilapidar êsse fundo de 16%.

O que acontece na realidade é o desvio de polpudas verbas do fundo da previdência social para outros fins.

Cerca de 600 milhões de cruzeiros dos IAPS foram para Brasília, o que é mais revoltante quando sabemos não ter o IAPI nenhum hospital em São Paulo, sendo precaríssimos seus serviços médicos. A maioria dos desvios, porém, não está à vista do povo. Os IAPS de todos os Estados enviam suas arrecadações às matrizes no Rio, e os fundos que voltam para ser traduzidos em benefícios aos associados são muito inferiores às arrecadações.

Na realidade, os IAPS são formas de imposto direto sobre a mais-valia proletária.

Dos 16% arrecadados de

cada parco salário, quanto volta à classe operária? Não sabemos, porém garantimos que é uma fração mínima do arrecadado. Para onde vão as verbas? Igualmente não sabemos, mas não é difícil perceber seus destinos as denúncias repetidas indicam que grande parcela é destinada à maquina eleitoral do PTB.

Faz-se imperioso que todo fundo arrecadado da previdência social a ela retorne; os fundos da previdência social devem pertencer à previdência social, e estar sob controle direto dos trabalhadores, através dos sindicatos.

A Lei Orgânica de Previdência Social viria em parte solucionar a questão da aplicação de fundos; a aposentadoria integral e a passagem, aos institutos, dos seguros de acidentes de trabalho, garantiriam maior eficiência aos IAPS. Nem todas as emendas propostas a êsse projeto de lei, evidentemente, trazem os interesses imediatos dos trabalhadores; porém, cumpre rejeitar in limine as emendas que visam criar novos Institutos, como cabides de emprego, aliás rejeição que vem sendo feita pelos sindicatos em todos os Estados.

Como seria de se esperar, tal projeto já foi, engavetado, por pressão do próprio sr. J.K., e aprovada em seu lugar a Lei de Aposentadoria Ordinária, que concede somente 80% do salário ao aposentado e retira todas as outras vantagens da Lei de Previdência Social. Com isto arrefeceu-se o impulso dado pela vitória dos bancários, que conseguiram aposentadoria integral.

Cumpre, como solução do impasse, que os Institutos de Previdência cessem de servir de mamatas a partidos políticos e que sua direcção seja exercida diretamente pelos associados.

central da luta contra o imperialismo, mostrando que «a única defesa verdadeira das liberdades nacionais é a luta de classes internacional contra o imperialismo». (\*)

Na verdade, o que é a luta contra o imperialismo senão a luta dos proletários e das massas oprimidas de todo o mundo contra a exploração da burguesia imperialista e de seus sócios nacionais? Os «nacionalistas» tendem a transformar numa luta da «Pátria» contra os «estrangeiros», dos «brasileiros» contra os «americanos», de «nação» contra nação, uma luta que na verdade é de «classe contra classe».

E' na solidariedade «internacional» do proletariado, na solidariedade entre o proletariado brasileiro e o proletariado la-

tino-americano, e entre o latino-americano e o norte-americano, que está a chave da vitória contra o imperialismo e não na solidariedade «nacional» entre patrões e operários do mesmo país.

Cabe aos socialistas, «participando ativamente» na luta antiimperialista, levar o proletariado (e não a burguesia) a assumir a direcção do movimento, para conduzi-lo às suas últimas consequências: «expropriação dos trustes e monopólios, sem indenização e instalação de um governo socialista de conselhos de operários e camponeses. — L. M.

(\*) Rosa Luxemburgo

FORUM SOCIALISTA

# O Capitalismo de Estado e o Programa da L.S.I.

A base de um relatório que se constituiu de um balanço crítico das actividades socialistas no século XX e, após debates sobre o mesmo, foi redigido e aprovado um projeto de Programa em que um dos princípios básicos é constituído pela análise de um fenómeno novo no mundo contemporâneo, o qual dá ao programa da Liga Socialista Independente um cunho de atualidade: o CAPITALISMO DE ESTADO.

Esta expressão, já empregada por Lenin, é por ele assim conceituada: «O Capitalismo de Estado, segundo toda a literatura económica, é o capitalismo que existe sob regime capitalista quando o poder estatal subordina directamente a si empresas capitalistas» (Informe político do C.C. no XI Congresso do P.C. URSS, em 27 de Março de 1922). Na URSS, o governo de Lenin e Trotsky, com a introdução da Nova Política Económica (NEP), reservou um papel importante ao capitalismo de Estado. Porém, Lenin ponderava que na União Soviética se trataria de um Capitalismo de Estado diferente, porque estaria relacionado com um Estado Operário, que o enquadraria dentro de certos limites.

Todavia, as esperanças de Lenin foram frustradas pelo desenvolvimento da burocracia estalinista de modo que, já hoje em dia, se pode afirmar que o CAPITALISMO DE ESTADO É UM FENÓMENO UNIVERSAL, atuando tanto na área soviética como no mundo ocidental.

Foi dando destaque à explicação deste fenómeno novo e universal e de suas implicações que o programa da L. S. I. ganhou uma estrutura científica, à luz da concepção marxista.

O Estado operário à Guérra de 1914 se caracterizava, antes do mais, por ser poder político; o poder económico apresentava-se substancialmente fora dele e ele se limitava a servi-lo, funcionando como um instrumento da burguesia, possuidora directa dos meios da produção. A partir da Primeira Grande Guerra, sobretudo, e nos anos que se seguiram, a intervenção do Estado na economia começou a crescer cada vez mais, abrangendo em certos países como a Alemanha Nazista e a Itália fascista todas as actividades sociais e vastos setores da economia desses dois países. A II Grande Guerra deixou ainda mais vincados os traços dessa intervenção do Estado na economia. Estas assertivas não devem causar surpresa; basta atentar-se para alguns dos seguintes exemplos bem ilustrativos: as Bolsas contemporâneas já não regem, praticamente, a acontecimentos como o término da Guerra da Coreia com os mesmos abalos e oscilações que acontecimentos semelhantes provocavam décadas atrás; as eleições norte-americanas em 1946 constituíram extraordinário êxito para os republicanos, que se tinham arvorado em porta-vozes da liberdade económica; mas, com o fracasso dessa tendência, por força do marasmo nos negócios, o qual prenunciava grave crise, Truman, nas eleições de 1948, contra todos os prognósticos, foi reeleito com um programa mais dirigista e mais intervencionista que o próprio «New Deal» de Roosevelt. Em nossos dias, tanto nos países altamente desenvolvidos como nas áreas retardatárias abundam exemplos tão significativos quanto estes, corroborando o que afirmamos.

Tanto nos países sub-desenvolvidos como nos altamente industrializados, acentua-se dia a dia a tendência de alincação, em favor do Estado, por parte da burguesia, de prerrogativas e funções que na época do desenvolvimento orgânico do Capitalismo, eram especificamente suas, com in-

tuito de vencer a desordem da produção, em um mundo que tecnicamente se integra em áreas económicas sempre maiores e mais complexas, e para não sucumbir ante a pressão emancipadora cada vez mais forte do proletariado. Cumpre notar que uma série de mal-lôgros da classe operária particularmente na Europa, traída por suas pretensas vanguardas reformistas e estalinistas, permitiu à burguesia «tomar fôlego» e, em troca de concessões à máquina burocrática estatal, reforçar suas defesas contra os trabalhadores. Vale também observar que essas concessões por parte da burguesia ao Estado constituem sobretudo reforço na luta pela manutenção do Capitalismo, pois ao mesmo tempo que entrega certos setores da economia à intervenção estatal, e mesmo ao próprio Estado, procura reservar áreas, para si e que permanecem como base de seu domínio social e económico, fonte dos seus lucros e razão de ser de sua existência como classe; NESTE SENTIDO, O CAPITALISMO DE ESTADO ASSUME A FORMA DA MAIS EFICIENTE E MODERNA CONTRA REVOLUÇÃO. Acresce que, no tocante aos países sub-desenvolvidos e, por isso mesmo, retardatários, a acumulação primitiva do capital já não se pode processar pelas vias clássicas, dada a existência da pressão imperialista, em consequência do que o próprio Estado se incumba de estabelecer as bases da in-

dústria pesada à custa da inflação e de empréstimos no estrangeiro.

A contradição fundamental do regime capitalista é o antagonismo entre o carácter social da produção e o carácter privado dos meios de produção. O Capitalismo de Estado atenua esta contradição básica, sob o aspecto geral dos interesses nacionais mas, da mesma forma que a concorrência, limitada no plano nacional, é reencontrada no plano internacional, o Capitalismo de Estado cria nova contradição, projeção daquela no plano internacional: a contradição entre o carácter mundial da produção e o carácter nacional dos meios de produção, contradição essa que conduz à mais grave das crises do Capitalismo, a GUERRA.

Por outro lado, o Capitalismo de Estado não é uma economia cujo móvel seja os lucros para o Estado, mas sim uma economia cujo móvel são as necessidades supostamente «nacionais», as necessidades de uma pretensa «soberania» nacional, de modo que o crescimento do poder aquisitivo das massas se torna incompatível com a satisfação dessas necessidades. Assim, o Capitalismo de Estado acentua de fato as desigualdades sociais, acarretando o empobrecimento progressivo das massas. Daí a luta por melhores condições de vida acarretar choques contra a defesa dos interesses «nacionalistas» da burguesia. Nisso repousa a causa de ser presentemente o nível de vida dos povos, de

modo geral, mais baixo que o de antes da Guerra Mundial, embora a produção seja superior à de 1938. O empobrecimento progressivo das massas, sempre que se verifica a ausência de fortes partidos proletários revolucionários, cria terreno fértil para a implantação de ditaduras totalitárias. Vê-se, assim, que a tarefa histórica primordial do proletariado socialista contemporâneo, imposta pelo progresso da civilização, é a quebra dos quadros nacionais com a instalação do socialismo internacionalista, que é a gestão democrática da economia, isto é a organização do trabalho social pelos próprios trabalhadores, agrupados em conselhos, comités de empresa, sindicatos; bem ao contrário do estatismo, que é a organização do trabalho social pelo Estado a serviço de uma classe ou de uma casta privilegiada. Assim, desaparecerá aquela nova contradição já referida, pois se o Capitalismo de Estado se pretende uma economia nacional, o socialismo é uma economia social, quer dizer, universal. A famosa afirmação marxista — o proletariado não tem pátria-adquire então todo o seu significado, pois se a classe operária persistisse em ter uma pátria, esta seria a sua cadeia ou o seu túmulo.

No próximo número deste jornal abordaremos a SITUAÇÃO BRASILEIRA EM FACE DO CAPITALISMO DE ESTADO E DA REVOLUÇÃO PERMANENTE.

## PROBLEMAS DE ORGANIZAÇÃO

# Bolchevismo e Socialismo Democrático

### PRIMEIRA PARTE

(Tese aprovada na Conferência de Fundação da Liga Socialista Independente)

A Revolução Russa constituiu no século XX um dos mais significativos testes da atividade socialista mundial: pela primeira vez, um partido que se reclamava a condição de representante marxista da classe operária se apossou do poder, em nome do proletariado. Como instrumento de ataque e destruição do Estado capitalista, os bolcheviques, liderados por Lenin e Trotsky, constituíram um partido ultra-centralizado e, seus líderes, deveriam constituir o Estado-Maior da Revolução. Reduzindo a formulas suas concepções organizatórias, impregnadas, mais que dos princípios de Marx e Engels, das tradições do populismo, do anarquismo, e do socialismo revolucionário russo, os líderes da ala esquerda do Partido Operário Social-Democrata Russo (bolcheviques) forjaram, de fato, um aparelho autocrático formado, na expressão de Lenin, de «poucos mas bons», que se sobrepunha a todo o movimento operário, e, ao mesmo tempo, dentro da rígida moldura partidária, subordinava todos os organismos ao órgão central, seu C.C., reclamando dos militantes, ACIMA DA CONSCIÊNCIA SOCIALISTA, subserviência de soldados diante do comando.

Na época da Revolução era visível que a relação de forças entre os diversos partidos se apresentava desfavoravelmente aos bolcheviques; na própria Assembléa Nacional Constituinte, após a tomada do poder, eram minoria em face dos socialistas-revolucionários, (370 socialistas-revolucionários e 175 bolcheviques). Apesar disso, Lenin dissolveu a Assembléa amparado, particularmente, na agressividade de seu partido e no apoio relativo de duas guarnições militares básicas (de Moscou e Petrogrado).

Dos 36 milhões de votos, nas eleições para a Assembléa Constituinte, apenas 9 milhões foram dados aos adeptos de Lenin. Observe-se, ainda, que para dispersar os deputados, os bolcheviques recorreram a um regimento letão, pois não confiavam em suas próprias forças militares, que de fato, se mostravam hesitantes.

De igual modo, nas eleições dos «comités de empresa», os bolcheviques não haviam recolhido mais de 15% dos votos.

Contrariamente à essência democrática do socialismo marxista, o bolchevismo, desde que se caracterizou como tendência em 1903, assumiu formas de estrito controle militar de uma minoria de revolucionários «profissionais» sobre o conjunto da organização que, por sua vez, deveria enquadrar em seus princípios táticos e estratégicos a maior parcela da classe operária e dos camponeses pobres, sem que se lhes reclamasse uma participação CONSCIENTE no processo histórico.

A própria bibliografia de Lenin, particularmente «Que Fazer?», não oculta o sentido ultra-centralista e militar do partido. Frisemos que não se trata, aqui, de formular um

juízo moral do leninismo; apenas, queremos mostrar até onde essa rigorosa centralização e militarização organizatórias correspondem ou podem corresponder aos interesses históricos do proletariado.

Como já acentuamos, ao contrário de toda a experiência positiva ocidental na luta socialista do século XIX, o leninismo encontrou suas fontes não nas concepções organizatórias marxistas, mas na tradição terrorista do populismo, do anarquismo russo e nas próprias condições de atraso económico-social da Rússia. A essência do pensamento organizatório leninista se radicava no populismo de Natsháiev e nas limitações sectárias do blanquismo, mesmo repudiando-os em palavras. Lenin para, elaborar suas concepções de partido, inspirou-se mais nas tradições do populismo e do socialismo primitivos do que na atividade, EFETIVAMENTE DE MASSAS, da social-democracia daqueles tempos.

O Partido bolchevique, por meio de seus comités militarizados, atribuiu à classe operária e aos demais setores afins a função de mera massa de manobras numa operação de guerra. O fator «consciencização», isto é, o esclarecimento da consciência proletária imprimindo-lhe uma perspectiva racional dos objetivos socialistas, era praticamente posto de lado. Mesmo dentro da própria organização, o centralismo-democrático, se por ventura alguma vez foi aplicado e respeitado, isto só ocorre nas esferas mais altas do Partido. A série de expurgos nas fileiras bolcheviques, com a eliminação e expulsão em massa de militantes, de modo geral por resistência a imposições autocráticas do vértice, se iniciou logo após a tomada do poder e sucessivamente vem até nossos dias, com flutuações convulsivas e sacrifício de milhões de militantes operários: o Partido não conseguiu sequer assimilar seus próprios quadros.

Teoricamente, se o centralismo-democrático foi bem formulado pelo leninismo, o bolchevismo, por sua essência ultra-autoritária, impregnado de absolutismo eslavo, provou que, ao invés de ser uma garantia de democracia socialista, para os militantes marxistas, era o caminho rumo ao totalitarismo. O EXCLUSIVISMO LENINISTA na luta pelo poder e em sua instauração, destruindo, por todos os meios, as outras tendências socialistas e inaugurando o regime do PARTIDO UNICO, evoluiu, na ERA STALINIANA, para o MONOLITISMO TOTALITÁRIO, com a chacina em massa dos próprios bolcheviques. Fora dos limites russos, isto é, nas chamadas «Democracias Populares», não foi outro o processo de monopolização do poder pelo PARTIDO UNICO. O pretexto de UNIDADE ou COLABORAÇÃO com outras tendências, sempre que invocando pelos bolcheviques-stalinistas, não constitui senão um «compasso-de-espera» até que se apre-

(Continua na pág. 4)

# Vitória da Democracia Burguesa em Cuba

O espírito de sacrifício, a abnegação à causa e a persistência dos revolucionários cubanos puseram fim a uma das mais odiosas ditaduras que já tiveram existência na América Latina. A história desse movimento libertador prendeu as atenções de todo o mundo e particularmente dos povos americanos, pelas vicissitudes apresentadas durante a luta.

Fidel Castro que, desde 1956, vinha chefiando o grupo rebelde que se resguardara nas montanhas da Sierra Maestra e atacava por guerrilhas, não fora feliz em suas primeiras manobras, chegando mesmo a se temer pela sorte dos combatentes. Embora contasse com adesões, a falta de armas não permitiu, durante algum tempo, que aumentasse grandemente seu pequeno exército, enquanto o governo de Batista era favorecido, sobretudo, pelos Estados Unidos da América do Norte, com envio periódico de armamentos. Ficou demonstrado, nessa nova oportunidade, que o Departamento de Estado norte-americano continua a oferecer toda assistência e ajuda aos governos ditatoriais, desde que estes se submetam a seus interesses.

Pode concluir-se mesmo, ser a existência dos caudilhos sustentada com o apadrinhamento daquele país a fim de melhor conseguir dirigi-los economicamente de acordo com seus objetivos imperialistas. Corroborando este ponto de vista estão as palavras textuais do deputado republicano James Fulton: «Se algo vai mal, deveríamos usar para-quedaistas; se o fizemos por causa de Nixon na Venezuela, deveremos fazê-lo por comerciantes norte-americanos e turistas em Cuba». Salientou-se também, no auxílio ao ditador, o governo inglês vendendo aviões e tanques, parte dos quais felizmente não chegou a poder ser usada.

O ano de 1958 se destacou como o da ofensiva geral dos revolucionários. Castro, num golpe audacioso e estratégico, conseguiu isolar e dominar a zona de plantação de cana. Politicamente estava decretado o destino da pequena ilha. As adesões ao movimento revolucionário se multiplicaram e a posse do armamento pertencente ao exercito regular permitiu grandes ofensivas. Resalte-se que de acordo com dispositivo legal, o corte de cana só poderia ser feito no período de 2 de janeiro a 15 de fevereiro, o que por certo iria influir preponderantemente para a rápida queda da situação.

Causa espécie o comunicado das forças ditatoriais pelo meio dia de 31 de dezembro, de ter uma coluna blindada rompido as linhas rebeldes e alcançado Sta. Clara — ponto de decisão para o domínio efetivo de parte da ilha — e possuírem as forças de Batista uma superioridade de sete sobre um, sendo que no expirar do mesmo dia Batista «renunciava» ao governo fugindo desabaladamente para a República Dominicana (redução de «caudilhos»), transferindo o controle do país a uma junta militar.

Este último golpe desfechado pelas forças governamentais, com o fito de não deixar o governo na mão dos revolucionários e ao mesmo tempo por paradeiro à revolução, salvando a produção de açúcar, não surtiu o efeito desejado. Os revolucionários declararam que continuariam com a luta até a rendição incondicional de toda a resistência.

Com a ocupação da cidade de Santiago de Cuba, proclamou-se esta cidade capital provisória. As forças de Castro foram entusiasticamente

aclamadas pelo povo que usando bandeiras vermelhas e pretas davam vivas à revolução. Em Havana promoveram-se depredações contra residências e núcleos de partidários do antigo regime, e as tropas chefiadas por Camilo Cienfuegos e pelo médico argentino Ernesto Guevara entram triunfalmente na Capital. Seguiu-se a constituição do novo governo tendo como presidente Manoel Urrútia e como delegado do executivo nos institutos armados o líder Fidel Castro.

Indiscutivelmente o domínio da zona açucareira, base da economia cubana, pelas forças de Castro forçou a definição de grande parte do povo, acelerando a queda do ditador. Entretanto, embora não tivesse dado resultado o golpe urdido à última hora com a constituição da junta militar, ficou demonstrada a influência de forças interessadas em desviar o curso dos acontecimentos. A presença de navios de guerra da Armada norte-americana, rondando as costas da «perola das Antilhas» torna evidente a grande preocupação por parte dos Estados Unidos e explicaria as «demarques» havidas.

A falta de um partido operário revolucionário que dirigisse os trabalhadores a reivindicações mais profundas e concretas, tais como a nacionalização da terra e a extinção dos trustes e monopólios imperialistas, como seria de desejar nas condições económico-sociais de Cuba, e a composição heterogênea das forças de Castro, formadas que foram com a participação da burguesia agrária, dos operários das usinas de açúcar, e dos trabalhadores, das plantações, determinaram o carácter apenas democrático da revolução, que se limitou, até aqui, à estrutura política do país.

Ainda que não esteja claramente definida a posição que adotará o novo governo, espera-se que por pressão das massas, sejam feitas reformas favoráveis, em parte, ao povo cubano. Esse movimento, sem dúvida, poderá marcar o início da derrocada dos últimos vestígios de nefastos regimes ditatoriais que ainda perduram em países latino-americanos, tais como Nicarágua, República Dominicana e Paraguai, onde, por certo, não de ressoar as palavras de Ernesto Guevara: «Não há libertar-se a si mesmos, como o povo de Cuba acaba de fazer».

## PELO CONTRÓLE OPERÁRIO DA PETROBRÁS

(Conclusão da 1ª pág.)

Estados Unidos apenas que se cortarão as garras dos trustes já fincadas também na Petrobrás.

É sabido que a ESTATIZAÇÃO EM REGIME CAPITALISTA REFORÇA o Estado burguês. Mas se a burguesia brasileira estabeleceu o monopólio estatal do petróleo, cumpre ao proletariado, à frente das massas populares, nelas compreendida a pequena-burguesia nacionalista, defender a Petrobrás da cobiça ou manobras estranguladoras dos trustes. Não romanticamente, mas com métodos anti-imperialistas e socialistas, impondo o controle operário da empresa estatal, por meio dos sindicatos e associações populares, e sua extensão à distribuição do produto e à indústria petroquímica.

«Acusou-se os socialistas de quererem abolir a pátria, a nacionalidade. Os operários não tem pátria. Não se lhes pode tomar o que não possuem».

KARL MARX

# A Revolução Alemã de 1919

Comemorouse o mês pas. o quadragésimo aniversário da Revolução Alemã, encerrada a 15 de janeiro de 1919 pelo assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, por ordem do social-democrata, ou antes, social-traidor, Noske. Esta revolução e este crime inundaram, com o sangue do proleta-

riado berlinense, o fôssco teórico que separava o socialismo revolucionário da social-traição-reformista até 1914. Vejamos o que foi, em suas linhas gerais, a Revolução Alemã de 1918-1919, essa experiência rica em lições para o presente e para o futuro do socialismo internacional.

Em 1918, na Alemanha, existiam as seguintes organizações se reclamando da classe operária:

“O Partido social-democrata, partido dos «socialistas de guerra» ou socialistas de direita, que, durante toda a I Grande Guerra apoiaram o militarismo prussiano (votando os créditos de guerra no parlamento, etc.), traindo criminosamente o internacionalismo socialista. Seu papel na Comuna de Berlim gerá o de sufocador da revolta;

“O Partido social-democrata independente», fundado em 1917 por um grupo de deputados pacifistas excluídos da fração social-democrata no Parlamento. De composição heterogênea, acabou por cindir-se em 1920, tendo a ala esquerda aderido ao Partido Comunista, e a direita voltado à social-democracia;

“Os internacionalistas alemães, compostos, essencialmente, do «grupo Espartaco» (Liebknecht, Luxemburgo, Mehring) e dos «Radicais de Esquerda» (Loufenberg).

A «Liga Espartaco» permaneceu dentro do Partido Social-democrata Independente até 1919, quando rompeu, para formar, juntamente com os «Radicais de Esquerda» o «Partido Comunista Alemão».

A insatisfação e a revolta contra a guerra atinge o seu auge nos meses de outubro e novembro. Em Kiel, marinheiros amotinados ocupam a cidade e içam bandeiras vermelhas. Em Hamburgo e Munich conselhos de operários e soldados tomam o poder. Finalmente, a 9 de novembro, a revolução estoura em Berlim. Esta revolução, com largo apoio proletário, foi logo monopolizada (como a de fevereiro de 1917 na Rússia) pelos sociais-demo-

cratas de direita (Ebert, Scheidemann, Noske) que tomaram o poder «em nome do povo alemão». Contudo, já se estabelecia a dualidade de poder: o social-democrata Scheidemann proclama, às 2 horas do dia 9, no Rei-

Os sociais-democratas, que ainda em outubro participavam do governo militarista, para, segundo Noske «salvar o povo e o Império», lançavam a palavra de ordem antigrevista: «Socialismo quer dizer: trabalhar muito»...



Os 3 LL da Revolução Proletária: Lenin, Luxemburgo e Liebknecht

chstag, a República Alemã. O espartaquista Liebknecht, içando a bandeira vermelha no Castelo Imperial, proclama, às 4 horas, do balcão do palácio, a «República socialista livre da Alemanha».

Durante os meses de novembro e dezembro as diferenças, se aprofundam. A Liga Espartaco concita à formação de conselhos de operários e soldados, promove demonstrações de massa ... (150.000 mil pessoas) em Berlim.

## FUNDAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA

Em meio de um intenso ambiente de agitação social, de greves operárias, insurreições de marinheiros, manifestações espartaquistas e conflitos com tropas de oficiais reacionários, realiza-se de 29 de dezembro a 1.º de janeiro de 1919 o Congresso de Fundação do «Partido Comunista Alemão (Liga Espartaco)» (Kommunistische Partei Deutschlan-

ds (Spartakus-bund), resultante da unificação entre a Liga Espartaco e os «Radicais de Esquerda».

Este congresso, apesar de ter ocorrido num clima de quase guerra civil, constituiu verdadeiro modelo de democracia socialista. Propostas do Comitê Central (participação na Assembléia Constituinte) são derrotadas pela maioria, apesar do enorme prestígio de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. Contudo é evidente a unidade nos pontos essenciais e a disposição de luta.

O relatório sobre o Programa do novo Partido é feito por Rosa Luxemburgo, que expõe sua concepção do socialismo como obra da «luta social revolucionária das «massas do proletariado»:

«E' pela base que devemos trabalhar, e isto corresponde bem ao caráter de massas de nossa revolução, visto que seus fins visam o fundamento, o solo mesmo da constituição da sociedade; isto corresponde ao caráter da revolução proletária de hoje e ao nosso dever de efetuar a conquista do poder político, «não pelo alto, mas pela base».

Armada de seu programa, a nova organização lançou-se imediatamente à agitação na base, nos conselhos de operários e soldados, concitando-os à tomada do poder.

Esta tarefa, contudo, exigia algum tempo e, quando a 4 de janeiro, o governo, provocativamente, destituiu da direção da polícia o social-democrata independente Eichhorn, que havia organizado uma espécie de polícia revolucionária, os comunistas estavam inteiramente desprevenidos.

Contudo, como escreveu Rosa Luxemburgo no seu último artigo, «diante da provocação insolente de Ebert-Scheidemann, os operários revolucionários foram forçados a pegar em armas — de outra maneira se encorajaria a contra-revolução a realizar uma nova etapa».

Assim, embora conscientes de que a situação era prematura para a tomada do poder, decidiram os dirigentes da Liga Espartaco efetuar, juntamente com o Partido Social-Democrata Independente e com um grupo de delegados de fábrica, um apelo à classe operária de Berlim para que se manifestasse contra a destituição de Eichhorn.

No dia seguinte (5 de janeiro) imensas demonstrações de massas contra a destituição de Eichhorn percorreram Berlim. Os líderes das três organizações que lançaram o apelo decidem formar um comitê revolucionário que proclama a luta pelo poder.

A 6 de janeiro a massa ocupa os jornais burgueses e os governantes sociais-democratas estão prestes a entregar os pontos. Noske contudo

## V — DOS DIREITOS FUNDAMENTOS DO TRABALHADOR

1 — Todos os homens que vivem de seu trabalho têm o direito inalienável de desenvolver plenamente seus atributos de humanidade; têm o direito inalienável de viver uma vida feliz, livre da miséria, da ignorância e do medo; têm o direito inalienável de lutar contra os governos, quaisquer que sejam, que os oprimam; têm o direito inalienável de alcançar a verdade, na forma revelada pelo conhecimento científico e pela emoção artística, pois todos os homens nascem basicamente iguais e livres.

2 — Todos os homens que vivem de seu trabalho serão iguais perante a lei, sendo efetivamente assegurada a liberdade de locomoção, de reunião, de associação, de manifestação do pensamento pela palavra falada, escrita, irradiada ou quaisquer outros meios de expressão. Será assegurada a liberdade de culto ou de convicções filosóficas, bem como o direito de propaganda anti-religiosa.

3 — Contrariamente à sociedade capitalista, em que o estado de servidão material e moral da mulher lhe tolhe as possibilidades de desenvolvimento de suas faculdades, na sociedade socialista será assegurada plena igualdade entre os sexos, quer como remuneração do trabalho, quer como participação e iniciativa em todas as atividades pessoais ou sociais. A Humanidade não conheceu, ainda, formas de associação humana nas quais a mulher possa contribuir com todo seu potencial criador de melhores e mais ricas relações humanas. A sociedade socialista tem como um dos seus objetivos básicos a realização dessas formas.

4 — Na sociedade capitalista, os valores teológicos encaram a natureza humana como possuindo uma natural inclinação para o que chamam «o mal». Como decorrência, os sistemas educacionais vigentes vêm na criança e no adolescente, sobretudo na prática educativa, um perigoso e selvagem animal a ser vencido.

Contrariamente, na sociedade socialista, que consagrará a vida como um bem em si mesmo, ver-se-ão, na criança e no adolescente, imensas oportunidades de desenvolvimento pessoal e social, pela fusão harmoniosa de sua espontaneidade natural com as necessidades e saber coletivos.

5 — O aspecto de alienação sexual, decorrente de uma sociedade em que o homem explora o homem, cria condições subjetivas que, ao mesmo tempo, fortalecem a estrutura social alienadora e impedem o estabelecimento e desenvolvimento de relações plenas e livres entre os sexos.

(DO PROGRAMA DA L.S.I.)

decide efetuar a repressão, afirmando: «Um de nós tem de ser o cão policial e eu não temo a responsabilidade».

À noite, os chefes do Partido Social-Democrata independente em Berlim negociaram com o governo.

Noske, em suas memórias, escreve: «Se as multidões tivessem tido chefes decididos, sabendo o que queriam em lugar de negociadores, elas teriam dominado Berlim nesse dia».

A luta continua em Berlim até 11 de janeiro, quando as tropas comandadas por Noske conseguem vencer os espartaquistas que ocupavam o jornal social-democrata «Vorwärts».

Inicia-se a repressão, com o encarceramento e massacre dos comunistas. Por fim, a 15 de janeiro, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht são covardemente assassinados.

A 14 de janeiro, um dia antes do crime, Rosa Luxemburgo escrevia seu último artigo: «A ordem reina em Berlim...»:

«A ordem reina em Varsóvia», «a ordem reina em Paris», «a ordem reina em Berlim». E' assim que as proclamações dos guardiães da «Ordem» através dos exércitos se transmitem de um centro a outro da luta histórica mundial. E o júbilo dos vencedores não percebe que uma «Ordem» que deve periodicamente ser mantida por massacres sangrentos, caminha sem cessar para o seu destino histórico, para o seu fim». Também Karl Liebknecht redigia nesse dia seu último es-

crito: «Apesar de tudo!»:

«Os vencidos da semana sangrenta de janeiro combateram gloriosamente. Eles lutaram por uma grande causa, pelos fins os mais nobres da humanidade sofredora, pela libertação espiritual e material das massas escravizadas. Eles derramaram seu sangue por uma tarefa sagrada e assim seu sangue foi sagrado. E de cada gota de seu sangue nascerão vingadores dos que tomaram, de cada fibra despedaçada sairão novos combatentes da elevada causa, que é imperecível».

—O—

A derrota da Revolução Alemã foi de graves consequências, não só para a classe operária alemã, mas para o proletariado internacional.

Na Alemanha, a alternativa «socialismo ou barbárie» efetuou-se: catorze anos após a derrota do socialismo, a nação germânica caiu na barbárie nazista.

Em 1919, Rosa Luxemburgo escrevia no Programa da Liga Espartaco: «A realização da ordem social comunista é a tarefa mais imperiosa que jamais coube a uma classe e a uma revolução em toda a história do mundo».

Hoje, com há quarenta anos, a tarefa ainda não foi cumprida. Contudo, quando o proletariado se erguer hoje, como há quarenta anos, terá na sua vanguarda aqueles que souberem desfaldar bem alto a bandeira do internacionalismo proletário.

## BOLCHEVISMO E SOCIALISMO DEMOCRÁTICO

(Conclusão da pág. 3)

sente o momento do golpe mortal contra os que resistem à absorção amonolítica».

Com a constituição da III Internacional (Internacional Comunista) a rigidez autocrática do bolchevismo se estendeu a todo o mundo, fazendo dos partidos comunistas aparelhos de compulsão sobre a massa, em nada contribuindo para que os trabalhadores pudessem colaborar na elaboração de uma perspectiva de transformação socialista do mundo atual.

Além de terem sido até agora meros apêndices da política externa russa, os partidos comunistas, no seu absoluto desprezo da opinião proletária, com seus ziguezagues políticos não colheram mais do que graves derrotas, de 1918 a esta parte: revoluções alemãs de 1920 e 23, estoniana, finlandesa, búlgara, espanhola, grega, italiana etc. E no tocante às chamadas «democracias populares» não ignoramos o que deve o stalinismo ao Exército Russo de ocupação e à desorganização e fragilidade oportunista da social-democracia.

O caso iugoslavo e chinês, pelas suas peculiaridades, devem ser considerados à parte. Mesmo os partidos aparentemente de grande base (italiano e francês), do ponto de vista prático foram incapazes, por força de seus vícios intrínsecos e por sua subordinação aos interesses circunstanciais do Kremlin, de levar o proletariado à conquista do poder,

quando as condições históricas o permitiam. À parte ainda outros clamorosos casos, distantes de nosso campo de observação direta que é o Brasil, o Partido Comunista de Prestes oferece, por seu turno, as formas mais monstruosas de aventureirismo, irresponsabilidade, e mesmo traição, assumidas pelas organizações «comunistas». Aqui, de 1930 a esta parte, o stalinismo-bolchevismo não fez outra coisa senão infligir à classe operária terríveis derrotas, empestando-a, ao mesmo tempo, com os mais repulsivos dogmas oportunistas, completamente alheios à doutrina de Marx. O «prestismo» caudillesco, surgido já quando a III Internacional se encontrava inteiramente enfiada aos burocratas de Moscou, levou às últimas consequências, no Brasil, o caráter totalitário do bolchevismo.

As 21 condições para a adesão à Internacional Comunista, aprovadas no 2º Congresso desta, traduzem a natureza anti-democrática e ultimista do bolchevismo. Acentuemos que quando nos referimos à democracia, consideramos implícito o seu CONTEÚDO SOCIALISTA, diverso da essência «liberal» que, historicamente, caracterizou a democracia burguesa.

(No próximo número: Crítica do Reformismo e Novos Rumos)